

Juiz de Fora de Francisco Valle

O modelo de sociedade que viu Francisco Valle nascer em 1869 estava com os dias contados. Em menos de vinte anos seria desfeita a radical oposição entre senhores e escravos e, com ela, todas as consequências que isto trazia. Porto das Flores, o torrão natal do compositor, estava localizada no eixo gravitacional não apenas da produção econômica mais importante e influente do Brasil na época – a cafeicultura – mas de toda a produção cultural do Sudeste. Durante esses vinte anos, a atmosfera intelectual que Francisco Valle respirou foi dominada por esta oposição, que os proprietários rurais da região tentaram manter até onde lhes foi possível.

Não há dados detalhados para a população de Porto das Flores no início da década de 1870. Sabemos, contudo, que todo o município de Juiz de Fora, do qual fazia parte, tinha uma área de 2.652 km², em que vivia uma população de 38.786 pessoas, das quais 24.418 eram livres e 14.368 escravas, ou seja, cerca de 37% do total. Entre 1872 e 1883, a população escrava aumentara consideravelmente em Juiz de Fora, que, juntamente com Leopoldina e Mar de Espanha, compunha a área de maior concentração de população escrava da Zona da Mata até o 13 de maio de 1888. Outro fato: este ambiente era profundamente rural. Mesmo que se pense no conjunto de transformações que fizeram Juiz de Fora ser considerada a Manchester mineira, a imensa maioria da população ainda vivia no campo.

A este respeito, vale a observação feita por Richard Burton, que visitou Juiz de Fora em 1867:

A cidade é um habitual misto de miséria e esplendor. Juiz de Fora é uma única rua, ora poeirenta, ora enlameada, ou melhor, uma estrada, ao longo da qual alinham-se pares de palmeira. Seu único mérito é a largura... As moradias são baixas e pobres, pela maior parte "porta e janela" como se diz aqui. Entre elas, porém, há grandes e espaçosas casas de cidade, com abacaxis dourados no telhado e bolas de vidro nas sacadas à francesa, repuxos fantásticos, ângulos encacheados, pássaros de barro e de cal dispostos pelos muros e todas as extravagâncias arquitetônicas do Rio de Janeiro.⁷

Em duas décadas, Juiz de Fora viu sua população total quase dobrar: saltou para 74.136 em 1890 e para 91.119 na virada do século. Esse movimento foi sem dúvida o mais significativo. O perfil demográfico alterou-se radicalmente: o núcleo urbano, ainda muito tímido e restrito a poucas ruas que hoje se encontram na região central do município, assistiu à chegada de um número crescente de moradores. Segundo o engenheiro Carlos Prates, a participação da população urbana do distrito da sede de Juiz de Fora elevou-se de 80% em 1905 para 85% no ano seguinte.⁸ Ainda que esta

⁷ BURTON, Richard. *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1976. p.59-60.

⁸ PRATES, Carlos. *A lavoura e a indústria na zona da Mata*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1906. p.17-18.

estimativa tenha sido exagerada, o êxodo rural precoce em Juiz de Fora foi real, sendo possível que adviesse das dificuldades de reestruturação do setor agrícola com o fim do escravismo, além da demanda de mão-de-obra provocada pelo setor industrial e de serviços em expansão. Mas ainda assim, na região, até 1940, a maioria da população continuava sendo rural.

O próprio avô materno de Francisco Valle, Francisco Ribeiro de Magalhães, era uma dessas expressões da época. Não que figurasse necessariamente entre as maiores fortunas da região de Juiz de Fora, mas ao ser aberto seu inventário, em 1891, foi apurada uma fortuna ultrapassando 103:000\$000 réis. Desse montante fazia parte a sua fazenda do Recreio, no antigo arraial de São José do Rio Preto (atual São José das Três Ilhas), constituída de terras (102 alqueires, a 16:200\$000 réis), a casa-grande (8:000\$000 réis) e oito mil pés de café (400:000\$000 réis). Mas eram de suas possíveis atividades de financista que tinha origem mais da metade de sua riqueza.⁹

Com a abolição, esse mundo de prosperidade vivido pelos proprietários rurais da região de Juiz de Fora começou a definhir. De imediato, as fortunas deixaram de contabilizar o valor dos escravos, transmutados agora em empregados. As senzalas se converteram em “um correr de casas”. A propriedade do avô de Francisco Valle estava entre estas. Esse quadro explica as dificuldades financeiras de sua família nesses anos.

Outra mudança fundamental começou a ocorrer nas décadas finais do século XIX, com a introdução de novos maquinismos ou a simples incorporação de novos métodos de manejo de culturas e criações, que possibilitariam o incremento da produção. Por outro lado, a disponibilidade restrita de novas terras para um número crescente de pessoas, conjugada com a pouca difusão desses novos procedimentos desarticulavam as formas de produção baseadas no trabalho familiar. A saída, para muitos, foi o êxodo para a principal cidade da região, Juiz de Fora: aceleravam-se os processos de urbanização e industrialização. A Juiz de Fora em que Francisco Valle viveu seus últimos anos concentrava grande número de estabelecimentos produtores de bens de consumo em geral, dado o tamanho tanto da sua população urbana como rural. Havia oficinas de utensílios agrários, como selarias, arreios, ferraduras, carroças. Menos que “fábricas” no sentido estrito do termo, havia também empresas com maquinário para beneficiar arroz e café, por exemplo, bem como desnatadeiras convertidas em “laticínios” (em sua maioria fábricas de manteiga). Por fim, as empresas de serviços urbanos: oficinas das estradas de ferro,

bondes, iluminação elétrica, além das oficinas mecânicas e tipografias.

Contudo, mais do que a industrialização, é a urbanização que merece destaque, pois é no que chamamos hoje de setor de serviços que se concentrava a maior parte da mão-de-obra urbana em Juiz de Fora. A população, aliás, achava-se em situação privilegiadíssima no que respeita ao abastecimento de gêneros. O Armazém de Molhados e Mantimentos de Cristóvão de Andrade, situado à rua Direita, atual avenida Rio Branco, oferecia aos consumidores em 1895 uma extensa relação de gêneros, que, obviamente, não nos deve confundir quanto ao seu alcance social. Estamos diante de uma sociedade em que, ainda, “*a hierarquia social se manifestava em primeiro lugar pela qualidade dos alimentos*”.¹⁰ Se, para os mais humildes, a pauta estava restrita a meia dúzia de produtos, a posição de meio urbano mais importante de Minas Gerais permitia que Juiz de Fora mantivesse casas comerciais que possibilitavam aos mais abastados acessar produtos importados de toda ordem.

Esse mesmo quadro não se verificava em São João del-Rei na mesma época, ou em Ouro Preto, por exemplo. A mais importante diferença era a posição do arroz como gênero definitivamente incluído no regime alimentar da população de mais baixa renda. Ainda demoraria algum tempo para que alimentos atualmente de uso corrente, como o macarrão, participassem da cesta básica dessa população: o do tipo branco ou goela de pato, por exemplo, mais barato, custava cerca de dez vezes mais do que a mesma quantidade de fubá, ou cinco vezes a mesma quantidade de arroz. Mas para os bem aquinhoados, era possível comprar presuntos ingleses e especiais, paços portugueses, manteigas nacionais e francesas, leite condensado Moça, chocolates nacionais e estrangeiros das famosas marcas Marquis e Menier, bacalhau do Porto de primeira qualidade, e todo o tipo de conservas importadas em latas ou vidros. E mesmo exóticos, como carneiro com ervilha, lebre com ervilha, borrego com ervilha, queijos suíços e uma fartíssima variedade de bebidas, em especial as portuguesas, alemãs e francesas, champanhes e conhaques.

No período imperial eram os próprios fazendeiros quem faziam a vez de patronos das artes. Um dos pioneiros na cafeicultura de Juiz de Fora, José Inácio Nogueira da Gama (1778-1839), uma das maiores fortunas de Minas Gerais nos primeiros anos da década de 1810, proprietário da fazenda São Mateus, reunia para as festas de fim de ano grupos de artistas teatrais para apresentações

⁹ Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora. Inventário de Francisco Ribeiro de Magalhães, caixa 179, doc.24. Tome-se o exemplo de grandes fortunas, como a de Manuel Vidal Barbosa Lage, que ao morrer, em 1888, deixou 1.199.107\$035 réis, 71,15% desse total em dívidas ativas. Ver: SARAIVA, Luiz Fernando. Um correr de casas, antigas senzalas: a transição do trabalho escravo para o livre nas fazendas de café, 1870-1900. Rio de Janeiro, 2001. Dissertação (Mestrado): Universidade Federal Fluminense. 200p.

¹⁰ DUBY, Georges. *L'économie rurale et la vie des campagnes dans l'occident médiéval*. Paris: Aubier Éditions Montaigne, 1962. 2v.

a amigos e convidados da Corte.¹¹ Além de artistas de teatro, havia os pintores incumbidos de ornamentar com suas telas as paredes das casas-grandes, em especial com muitos retratos de familiares. Sob todos os aspectos, a propriedade de Mariano Procópio (1821-1872) é a maior expressão do padrão artístico da elite dessa época. Aliás, foi a extravagância dessa propriedade (atual Museu Mariano Procópio) o que mais chamou a atenção de Burton: “o contraste com a natureza era de algum modo violento: uma vila-jardim italiana, no meio de uma floresta virgem, choca pelo imprevisto”.¹²

A música, evidentemente, não faltou no ambiente em que Francisco Valle cresceu: entre os bens de seu avô lá estavam um piano e um harmônio. Quando o

missionário presbiteriano norte-americano James Cooley Fletcher visitou a região, na década de 1860, encontrou na casa-grande da fazenda Soledade, de propriedade de José Antônio da Silva Pinto (1785-1870), barão de Bertioga, perto do antigo registro do Paraibuna, no atual município de Matias Barbosa, a cerca de vinte quilômetros de Juiz de Fora, uma orquestra com violino, flauta e trombone, toda de negros, além de um órgão e um coro de crianças. Foram-lhe apresentados a abertura de uma ópera, uma missa em latim, um *Stabat Mater* e a marcha de “*La Fayette*” (provavelmente *Lafayette's March*, composta por Caroline Clark em 1824).¹³ Fora o próprio barão de Bertioga quem construiu, em 1862, o Teatro em benefício da Santa Casa de Misericórdia.

Angelo Alves Carrara
(Universidade Federal de Juiz de Fora)

BIBLIOGRAFIA

- BURTON, Richard. *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1976. 366p.
- DUBY, Georges. *L'économie rurale et la vie des campagnes dans l'occident médiéval*. Paris: Aubier Éditions Montaigne, 1962. 2v.
- ESTEVEZ, Albino de Oliveira. *O teatro em Juiz de Fora: apontamentos*. Juiz de Fora: Pharol, 1910. 205p.
- FLETCHER, James Cooley; KIDDER, Daniel Parish. *Brazil and the Brazilians portrayed in historical and descriptive sketches*. 7. ed. Boston: Little, Brown & Co., 1867. 640p.
- PRATES, Carlos. *A lavoura e a indústria na zona da Mata*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1906. 139p.
- SARAIVA, Luiz Fernando. Um correr de casas, antigas senzalas: a transição do trabalho escravo para o livre nas fazendas de café, 1870-1900. Rio de Janeiro, 2001. Dissertação (Mestrado): Universidade Federal Fluminense. 200p.

¹¹ ESTEVES, Albino de Oliveira. *O teatro em Juiz de Fora: apontamentos*. Juiz de Fora: Pharol, 1910. p.28.

¹² BURTON, Richard. op. cit., 1976. p.59-60.

¹³ FLETCHER, James Cooley; KIDDER, Daniel Parish. *Brazil and the Brazilians portrayed in historical and descriptive sketches*. 7. ed. Boston: Little, Brown & Co., 1867. p.351.